

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA

Ata da 149ª Sessão Ordinária — (Convocação
Extraordinária em 9 de Janeiro de 1961

DECRETO LEGISLATIVO Nº 71/60

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do protocolado sob o n. 300-60, de 25 de Outubro de 1960, deste Poder.

RESOLVE:

reajustar, nos termos do Art. 4.º, da Lei n. 497, de 23 de Dezembro de 1950, os proventos de inatividade de Maria Nicolas aposentada no cargo da classe «V», da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, fixando-os em trezentos e quarenta e hum mil e trezentos e setenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 341.375,00), anuais e integrais, correspondentes à classe «X», inclusive quarta-parte e adicionais de quinze (15%), a partir de 6 de Agosto de 1960, de acôrdo com a Resolução n. 5.60, de 5 de Agosto de 1960.

Sala das Sessões, em 7 de Dezembro de 1960.

GUATAÇARA BORBA CARNEIRO — Presidente
ANIBAL KHURY — 1º Secretário
NICANOR VASCONCELOS — 2º Secretário

Presidência do sr deputado Guataçara Borba Carneiro, secretariada pelos srs. Deputados Antonio Ruppel e Agostinho Rodrigues.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Guataçara Borba Carneiro, Paulo de Camargo, Pedro Liberti, Anibal Curi, Nicanor de Vasconcellos, Machado de Lima, Agostinho Rodrigues, Antonio Annibelli, Antonio Ruppel, Amaury Silva, Cândido Machado de Oliveira Neto, Elio Duarte Dias, Emilio Carazzai, Ernesto Moro, Haroldo Leon Péres, José Hoffmann, João Simões, Jorge Nassar, Ladislau Lachoski, Léo de Almeida Neves, Luiz Alberto Dalcanalle, Mário Faraço, Álvaro Dirceu Vianna, Ruy Gândara, Renato Bueno, Thadeo Sobocinski e Waldemar Daros (27); achando-se ausentes, os seguintes srs. Deputados: Zaqueu de Melo, Amadeu Puppi, Dino Veiga, Elias Nacle, José Vaz de Carvalho, João Mansur, Joaquim Néia, Jorge Maia, Lincoln da Cunha Pereira, Libânio Cardoso, Nivaldo Gomes, Miguel Dinizo, Nilson Ribas, Sady de Brito, Silvino Lopes, Vargas de Oliveira, Vidal Vanhoni e Waldemiro Hanelko (18).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

passando o sr. 2.º Secretário à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão a ata.

O SR. ALBERTO DALCANALLE — (Sobre a ata) — Sr. Presidente e srs. Deputados. Em data de hoje, festeja o Aéreo Clube do Paraná, o 29.º aniversário de fundação.

O Aéro Clube do Paraná é uma associação que foi fundada há 29 anos passados por homens dos mais ilustres do Paraná tais como o Deputado Othon Maeder, Acir Guimarães, Ivo Leão e tantos outros.

Tem prestado série enorme de serviços ao nosso Estado, projetando e administrando o ensino das aeronaves a tantos paranaenses que levam o nome do Paraná aos mais longínquos recantos do mundo.

Por este motivo, sr. Presidente, requeiro a V. Excia. um voto de congratulações e que seja comunicado ao Diretor Presidente sr. Diogo Macedo e à ilustre Diretoria do Aéro Clube do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a ata.

O SR. AMAURY SILVA — (Sobre a ata) — Sr. Presidente e srs. Deputados. Todos os jornais do País noticiaram com ênfase especial o esforço realizado pelo atual Governo de São Paulo para que ponha em prática naquela unidade da Federação o plano de Revisão Agrária, que os órgãos técnicos e especializados do Executivo paulista elaboraram.

Esse plano de lei já está devidamente sancionado pelo Governador paulista e acredito que tal fato não poderia deixar de ser registrado por esta Assembléia Legislativa, porque sem dúvida alguma marca êle o início de uma era em que já devíamos estar vivendo, ou seja aquela em que os responsáveis pela administração pública deviam voltar-se com mais interesse, com mais empenho e mais carinho para os aflitivos e angustiantes problemas agrários brasileiros.

Embora por um lado seja decepcionante saber-se que o Congresso Nacional possui em tramitação dois projetos de lei constando dessa matéria, até agora, como regra uniforme como norma de conduta, nem a Câmara Federal e nem o Senado da República votaram qualquer coisa de prática como diretriz para um plano nacional de reforma agrária.

Mas, se esse é um aspecto decepcionante, há o aspecto confortador agora através da iniciativa dos poderes públicos paulistas que, com a iniciativa que levaram avante, estão dando um passo legítimo no sentido inclusive de colocar em brios os Poderes da União, para que ela então, através dos seus representantes, leve avante os estudos gerais capazes de trazer a todo o interior brasileiro os benefícios de uma legislação específica que dê ao homem rural, que dê ao camponês aquele direito que até agora não teve e de muitos até foi usurpado.

Sr. Presidente srs. Deputados, evidentemente que, no instante em que aplaudo da minha tribuna o esforço e a iniciativa do governo paulista, não poderia deixar de registrar que, para ser levada adiante essa tão auspiciosa idéia, muito contribuiu o conceituado jornal «Última Hora», de São Paulo, que, através de uma campanha muito bem orientada, através de editorialistas de escóla e especializados na matéria de revisão agrária, empenhou-se a fundo no sentido de que fôsse, a qualquer custo, levada avante e até a conclusão aquêle plano que vinha sendo elaborado no Estado de São Paulo.

Por isso, sr. Presidente, registrado esse auspicioso acontecimento, pretendo que, a Casa envie ao Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo, uma mensagem telegráfica na qual há de estar contido o aplauso do Poder Legislativo paranaense à iniciativa do governo de São Paulo, no setor da Revisão Agrária. E, bem assim, à Direção do Jornal «Última Hora», telegrama idêntico, pelo apoio, pela solidariedade e pela luta que travou em prol de tão grande idéia.

Sr. Presidente, tenho ainda em mãos, como matéria para ser usada neste período de discussão da ata, um ofício que me foi enviado, senão por todas, por quase todas as cooperativas paranaenses, ofício êste que, está no seu conteúdo, relacionado com dois projetos de lei que apresentei nesta Casa, visando a disciplinar a vida cooperativista do Paraná. E, neste instante, sr. Presidente, quando passo a dar conhecimento ao plenário desta mensagem que recebi, é preciso acentuar, que êsses projetos en-

constram-se em regime de urgência desde o dia 15 de dezembro do ano passado até agora, infelizmente, não vieram para a Mesa a fim de serem colocados na Ordem do Dia, dentro do prazo fatal que o Regimento Interno estabelece.

Portanto, sr. Presidente, em razão da seriedade do assunto que os projetos examinam e em razão, principalmente, do apoio que os mesmos recebem dos setores mais interessados na matéria, eu passo a ler o ofício a que aludi: (lê)

«Ilmo. Sr. Dr. Amaury de Oliveira e Silva, DD. Deputado Estadual, Nesta. Os ervateiros paranaenses, através da Assembléa Geral Extraordinária da Federação das Cooperativas de Produtores de Mate «Paraná», hoje realizada apelam para os ilustres deputados estaduais, no sentido de **aprovarem, com a máxima brevidade, os projetos de lei, em curso na Assembléa Legislativa, relativos ao cooperativismo** e de autoria do ilustre Deputado Dr. Amaury de Oliveira e Silva.

O Cooperativismo paranaense precisa de estímulo e de tranquilidade para prosseguir em seu futuro caminho. Os projetos de lei em apreço servirão ainda, de exemplo e de padrão para todo o país, de vez que abrigam a experiência brasileira e paranaense sobre cooperativismo e por terem tido a assistência e a colaboração do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura».

Assinam este telegrama, representantes das diversas cooperativas paranaenses e acho desnecessário fazer a leitura de todos os nomes que aqui estão mas, significo ainda que, subscrevendo após todos êsses, o sr. Quirino dos Santos que é o Presidente da Federação das Cooperativas de Produtores do Mate no Estado do Paraná.

Sr. Presidente srs. Deputados, fiz a leitura dêsse ofício precisamente para despertar dos meus eminentes colegas da Assembléa Legislativa do Estado a necessidade imperiosa em que estamos de examinar estas proposições para que recebam elas além dos subsídios dos meus eminentes pares, o julgamento da Assembléa Legislativa para o que é de vital importância para o setor econômico e social do Estado.

E, em razão dessa alegação, tive, sr. Presidente a honra de encaminhar à Mesa, na sessão de hoje, um requerimento onde estou requerendo à V. Excia. que, aprovado pelo plenário, sejam incluídos na Ordem do Dia da próxima sessão, os projetos de lei que se referem ao problema cooperativista do Paraná.

O Sr. José Hoffmann — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento) — Os projetos de V. Excia. são oportunos e devem merecer o maior caminho desta Casa de modo a que venham a ser aprovados com a maior urgência possível. Quero dizer a V. Excia. que recebi há poucos dias um telegrama do Sr. Nelson Catapreta, presidente da Cooperativa Mista 26 de Outubro de Ponta Grossa solicitando que desse o meu apoio aos projetos de V. Excia. porque êsses projetos visam, de acôrdo com dispositivo constitucional, a dar amparo a essas organizações que não podem deixar de existir, que são as Cooperativas. V. Excia. tem todo o meu apoio a essas proposições e ao seu requerimento, no sentido de que elas venham para a Ordem do Dia com urgência.

O SR. AMAURY SILVA — Agradeço muito a colaboração do nobre e eminente Deputado José Hoffmann, que tem se revelado também, neste plenário, um cuidadoso e estudioso dêsse problema do cooperativismo, porque, em outras oportunidades já e, principalmente, tendo em vista a situação difícil porque às vezes passa a Cooperativa 26 de Outubro de Ponta Grossa, V. Excia. tem trazido a debate desta Casa aspectos muito interessantes da vida das Cooperativas. E para mim, nobre Deputado, vale muito, vale sobremaneira, o apoio que acabo de receber de V. Excia.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a ata. — (Pausa)

— Não havendo mais quem queira usar da palavra, sobre a ata, declaro-a aprovada. O Sr. 1.º Secretário procederá à leitura do
E X P E D I E N T E ;

OFÍCIOS:

— sob o n. 290, do sr. Governador do Estado, comunicando a esta Assembléa haver em data de 23 de dezembro do ano p. findo, sancionado os Projetos de Lei seguintes:

De n. 729-60 — de autoria do sr. Deputado Ernesto Moro, que concede uma pensão mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), à Hercília C. Medeiros o qual convertido em Lei, tomou o n. 4.301 — **Agradeça-se.**

De n. 828-59 — de autoria do sr. Deputado Antonio Anibelli, que concede uma pensão mensal a Esther de Oliveira Ribas, o qual convertido em Lei tomou o n. 4.302 — **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

— do sr. Deputado Renato Bueno, solicitando dispensa de redação final para todos os projetos de lei em 3.ª discussão que não tenham recebido emendas no decurso de suas votações.

— do sr. Deputado Mário Faraco, solicitando anexação do Projeto de Lei n. 502-60 ao de n. 536-60.

— do sr. Deputado Antonio Annibelli, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei ns. 260-60, 367-59, 690-60 e 716-59.

— do sr. Deputado Antonio Ruppel, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 190-60.

— do sr. Deputado Antonio Ruppel, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 910-60.

— do sr. Deputado Agostinho Rodrigues, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 792-60.

— do sr. Deputado Anibal Curi, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei ns. 854-60 e 754-60.

— do sr. Deputado Dirceu Vianna, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 823-60.

— do sr. Deputado Dirceu Vianna, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 832-60.

— do sr. Deputado Antonio Ruppel, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 724-60.

— do sr. Deputado Pedro Liberti, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 881-58.

— do sr. Deputado Ruy Gândara, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n. 728-60.

— do sr. Deputado Waldemar Daros, solicitando inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 530-58.

— do sr. Deputado Dirceu Vianna, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da Proposição n. 31-60.

— do sr. Deputado Antonio Annibelli, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 845-59.

— do sr. Deputado Waldemar Daros, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 435-60.

— do sr. Deputado Paulo Camargo, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 135-60.

— do sr. Deputado Amaury Silva, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 858-60, 866-60 e 857-60.

— do sr. Deputado Waldemar Daros, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da Próxima sessão do Projeto de Lei n. 714-60.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a abrir, crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), destinados em

igual parte, ao Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha e Lar Escola Herminia Lupion.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 9 de janeiro de 1961.

(a) Anibal Khury

JUSTIFICATIVA — Visa o presente plano de lei, conceder auxílio a Entidades que vem atualmente, prestando grandes benefícios de caráter social e educativo a menores desamparados.

A verba de manutenção concedida pelo Estado àqueles estabelecimentos, é insuficiente para solucionar as dificuldades que encontram os dirigentes daqueles Educandários.

Assim sendo, esperamos o beneplácito dos Srs. Deputados para a aprovação deste Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica revigorada a Lei n.º 2.131, publicada no Diário Oficial n. 116, de 28.7.1954.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de janeiro de 1961.

(a) Léo de Almeida Neves

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam assegurados aos Juizes de Direito e Membros do Ministério Público do Estado, os benefícios de que tratam as Leis ns. 592, 5 e 2.506, respectivamente, de 23 de janeiro de 1951, 3 de junho de 1953 e 22 de novembro de 1955, com a redação dada pela Lei n. 4.307, de 2 de janeiro do corrente ano.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de janeiro de 1961.

(a) Pedro Liberti

JUSTIFICAÇÃO: — Esta Assembléia Legislativa, em 1959, houve por bem aprovar plano de lei que, sancionado pelo Sr. Chefe do Executivo, foi transformado na Lei n.º 4.307, segundo a qual os funcionários civis e militares do Estado, que exercem funções que envolvem risco de vida, terão os seus atuais vencimentos acrescidos de um terço.

Dentre outros servidores, foram favorecidos por essa Lei, os Delegados de Polícia de classe especial cujos vencimentos são equiparados aos dos Promotores Públicos de entrância especial.

Ora, elevados, por essa forma, os proventos desses funcionários, passarão os mesmos a perceber vencimentos superiores aos atribuídos aos Juizes de Direito e Membros do Ministério Público da mais alta entrância, o que, é óbvio, constitui um absurdo, eis que fere, frontalmente, a hierarquia funcional.

Por isso, nada mais justo do que o presente ante-projeto de lei, que visa, precipuamente, a salvaguarda do prestígio daqueles que promovem e distribuem a justiça em nosso Estado.

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o município de GUARACÍ, com território des-

membrado do Município de Ponta Grossa, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— começa na barra do Rio Cantú subindo por este até a barra do Rio do Taboleiro; por este acima até a sua principal cabeceira; daí por caminho mais curto (linha sêca e reta) à principal cabeceira do arroio Pulador; por este abaixo até sua barra no rio Guaraúna; Rio Guaraúna acima até a barra do arroio das Tócas; por este acima até sua principal cabeceira; daí pelo caminho mais curto (linha sêca e reta) até o rio Guaraúminha, no ponto onde faz barra o rio do Turvo; atravessando o rio Guaraúminha, Rio Turvo acima até sua principal cabeceira; daí pelo caminho mais curto (linha sêca e reta) até a cabeceira do Rio d'Areia; rio d'Areia abaixo até o Rio das Almas; Rio das Almas abaixo até o rio Imbituva; rio Imbituva abaixo até o Rio Tibagi; Rio Tibagi acima até a barra do Rio Cantú, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de janeiro de 1960.

Renato Bueno

JUSTIFICAÇÃO: — Os documentos anexos justificam, plenamente, a apresentação deste plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Agostinho Rodrigues.

O SR. AGOSTINHO RODRIGUES — Sr. Presidente, srs. Deputados. O brilhante jornal que se publica em São Paulo, em sua edição especial de sábado, dedicada ao Paraná, publicou declarações a mim atribuídas, com referência ao momentoso e palpitante assunto do não recolhimento de impostos pelo comércio, movimento esse que foi iniciado na cidade de Ponta Grossa e que, hoje, se estende pelo Paraná afora.

Foi, sr. Presidente, com surpresa que vi essas declarações a mim atribuídas, nesse jornal em sua edição de sábado. Com maior surpresa, sr. Presidente, domingo pela manhã ao ler o "Estado do Paraná" este grande órgão da nossa imprensa que, diga-se de passagem, para que se faça justiça, foi o único em nossa Capital e um dos raros em nosso Estado que se colocou decidida e intransigentemente ao lado da candidatura do sr. Tenente Coronel Ney Braga, li, no artigo de fundo, da quarta página que, aliás sob este título, «de que sou porta-voz por conta própria do sr. Tenente Coronel Ney Braga e que ao fazer tais declarações, à Última Hora, não passava de um leviano».

Declarações surpreendentes de um jornal que ainda, hoje, depois da campanha, continua a apoiar o Governador eleito do Paraná e de cuja equipe, com muita honra, faço parte, sr. Presidente e srs. Deputados.

Senti, dentro do estilo em que foi escrito esse artigo, a pena brilhante de um jovem que representa uma das mais vivas esperanças do jornalismo paranaense tentando lançar-me ao pelorinho da opinião pública, de todo o Estado, onde tem esse jornal grande circulação, como elemento de discórdia da equipe do sr. Ney Braga. Logo eu, sr. Presidente, como um elemento de discórdia, «um porta-voz por conta própria».

O sr. Pedro Liberti — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Estou ouvindo, com atenção, as palavras de V. Excia. e quero, nesta oportunidade, dizer que me causou espécie ao ler no editorial "Estado do Paraná", um artigo por meio do qual chamava V. Excia. de leviano e de porta-voz por conta própria. Deputado Agostinho Rodrigues, V. Excia. sabe que nós que o conhecemos, que estamos acostumados a conversar com V. Excia. amistosamente aqui sobre os problemas públicos que V. Excia. tem sido nesta Casa, se não um mediador do Governo que se vai instalar a 31 deste, V. Excia. tem procurado quebrar tôdas as arestas que se oferecem contra o futuro governador, e V. Excia. tem trabalhado como um gi-

gante como coordenador em favor do futuro Governo, e o lamentável, sr. deputado Agostinho Rodrigues, é que nós, os Deputados que não fazíamos parte da campanha do Coronel Ney Braga, nós que tínhamos o nosso candidato ao Governo, nós também fomos duramente atacados e, quando viemos a esta tribuna, como o está fazendo agora, brilhantemente, V. Excia., com essa delicadeza que lhe é peculiar, o jornal, no dia seguinte, não voltou ao assunto, mas dizia que nós viemos à nossa tribuna com toda a nossa aleivosia atacar o futuro governador. V. Excia. estava aqui naquele dia, e tivemos a honra de receber dois apartes de V. Excia., e nós não atacamos nem sequer em pensamento o sr. Ney Braga, nas nossas palavras, apenas respondendo aquelas inverdades (esse grande órgão da imprensa do nosso Estado, esse grande vespertino que é o "Estado do Paraná", que tem dado os seus melhores esforços na cobertura de todas as campanhas que se iniciam aqui nesta Assembléa ou fora dela. Mas ele não fez justiça para conosco, e agora foi com espanto que lemos aquilo em que ele chamava V. Excia. de porta-voz por conta própria e de leviano. Nós reconhecemos em V. Excia. idoneidade moral a toda prova, e a quem chamar V. Excia. de leviano até não temos palavras para retribuir. Então diria a V. Excia. que quem sabe não foi um menino, um irresponsável, uma cultura que está se formando agora, que pensa que é bonito investir contra um cidadão como V. Excia., realmente um homem do futuro Governo, fazendo intriga entre V. Excia. e o Governo do sr. Ney Braga. Ora, isso não é justo, porque V. Excia. não é de agora que acompanha o sr. Ney Braga em campanhas eleitorais, V. Excia. é camarada de caserna de S. Excia., e quem sabe se esse que escreveu aquelas colunas ainda estivesse gatinhando quando V. Excia. já era líder pessoal do sr. Ney Braga. Veja V. Excia. que até tudo isso me passou, estive matutando, contra aquilo que ingloriamente, injusta e infelizmente esse jornalista escreveu contra V. Excia., porque não acredito que seja do próprio jornal "O Estado do Paraná", que partiu esse editorial, porque acredito que sua direção não deu apoio àquelas notas infamantes, injuriosos e injustas, escritas contra V. Excia.

O SR. AGOSTINHO RODRIGUES — Agradeço o aparte confortador de V. Excia. Mas, sr. Presidente, e srs. Deputados, é certo que eu não tenha sido oficialmente credenciado para portavoz do Governador eleito. Mas se eu, que há tantos anos venho acompanhando o Governador eleito, desde o Quartel General, mais tarde no Governo do eminente Prof. Bento Munhoz da Rocha Neto, S. Excia. sendo Chefe de Polícia e eu seu auxiliar direto como Diretor da Guarda Civil, ingressando na política depois quase que como razão direta da candidatura de S. Excia., como candidato do velho e glorioso PR, mais tarde deixando as hostes desse glorioso partido para acompanhar o candidato com o Partido Democrata Cristão, pelo qual foi o candidato a deputado federal e agora já nesta campanha ao Governo do Estado, se eu, sr. Presidente, não tenho pelas razões que enumerei pelo menos o direito de supor que em determinadas ocasiões, mesmo não estando credenciado, possa falar em nome do governador eleito, então não sei realmente quem possa fazê-lo!

Sr. Presidente e srs. Deputados. Se o jornalista, este jovem idealista que eu reconheço brilhante e que eu sempre tive na mais alta conta, por razões particulares, tivesse me procurado antes de publicar tão afoita e apressadamente este artigo, para ao menos me perguntar se realmente concedera esta entrevista, então eu teria lhe respondido que não, que não concedera tal entrevista ao jornal "Última Hora", seu artigo não teria sido publicado e a esta hora eu não estaria assomando a esta tribuna, tão a contra gosto, por que sinto Sr. Presidente e srs. Deputados, que chega a ser verdadeiramente cômico e ridículo que um deputado da área do Sr. Ney Braga, venha defender-se contra um artigo publicado por quem também é leal amigo do Sr. Ney Braga.

Situação paradoxal, pois. Realmente não concedi nenhuma entrevista à "Ultima Hora". Aqui nesta Casa conversando com jornalistas, estes me perguntaram, e entre os vários dentre os quais o representante de o "O Dia", a quem dei entrevista há três dias, bem como o Sr. Osman de Oliveira, em seu programa «Tribuna Volante» a propósito deste assunto, que constou de duas perguntas.

A primeira se era verdade que o sr. Ney Braga dava apoio ao movimento que se processa com relação aos impostos, e a resposta não poderia ser outra. Respondi que não.

A outra é se era verdade que o sr. Ney Braga iria conceder anistia fiscal aos contribuintes que não estavam pagando os impostos. Não poderia aliás responder de outra maneira. Informei que o sr. Ney Braga faria justiça aos contribuintes, mesmo por que a anistia só poderá ser feita através de lei votada por este Poder Legislativo.

O jornalista de "Ultima Hora" ouviu e publicou este meu pensamento de modo tal que o sentido passou a ser como se nessa resposta eu tivesse dito que Ney Braga havia afirmado a mim, e recomendado aos amigos.

Tivesse, sr. Presidente, o jornalista me perguntado antes, não estaria agora na tribuna o que é lamentável, por partir de um órgão que vem apoiando o sr. Ney Braga e logo contra um Deputado que esteve com o sr. Ney Braga, desde os primeiros dias da sua campanha, lutando modestamente, porém, com serenidade, honestidade e destemor, fazendo o possível para que a sua candidatura fôsse vitoriosa.

De maneira, sr. Presidente, que eu creio que não há mais nada a acrescentar com relação a assunto tão desagradável.

O sr. Waldemar Daros — Nobre Deputado, peço um aparte. (Assentimento). Quero, nobre deputado Agostinho Rodrigues, nesta oportunidade, expor a V. Excia. e ao povo do Paraná o meu depoimento com relação a atuação de V. Excia. nesta Casa. V. Excia. ter exercitado o mandato que o povo lhe outorgou com dignidade, honestidade e espirito público. V. Excia. não tem sido nem é, e tenho certeza, não será, um deputado leviano, irresponsável. V. Excia. é um homem de responsabilidade, que pesa e mede as opiniões que emite.

Quero dizer a V. Excia., ainda que de início me pareceu acertado o movimento do não pagamento de impostos, todavia, analisando mais profundamente, cheguei à conclusão que a idéia que gerou este movimento, não meditou profundamente. Porque não se justifica um erro, praticando um outro muito maior. Se a lei determina que se pague os impostos, no devido tempo, se esta gente que diz pretender dar apoio ao futuro Governo de austeridade, que vai ser implantado no Paraná, não é com ato de sabido violando a lei, que vão fazer crer à opinião pública que, com isto se está fazendo um movimento digno, honesto e honrado.

Eu tenho certeza, nobre deputado, que o Governo, do Estado que será implantado na pessoa do Coronel Ney Braga, procurará fazer valer a Lei. A anistia dependerá da aprovação desta Casa. Não acredito que os seus representantes do povo com assento nesta Casa, vão perdoar um fato desta natureza. É possível se dar anistia ao devedor quando ele, por circunstâncias independentes da sua vontade, às vezes, por crises, por impedimentos justos, não pode pagar os impostos. Daí então, o Poder Legislativo, diante dessa razão preponderante, concede anistia. Mas, para quem procura acintosamente violar a lei, não é possível que se dê anistia. Além disso, nobre Deputado, esta gente que engendrou este caso, está dando uma arma extraordinária à este Governo que aí está, porque nós sabemos que é uma minoria absoluta que não paga impostos. Atendendo a este apêlo da Associação Comercial e outros comerciantes que encabeçam este movimento. Mas a maioria paga e o Governo do Estado então, agora com esta cortina de fumaça não paga o funcionalismo público, porque tem um argumento extraordinário a seu favor, dizendo — eu não posso pagar, porque eu não

recebo impostos. Na Secretaria da Fazenda, nós sabemos que a entrada de impostos, o dinheiro, é pouco. Mas por que? nobre Deputado, isto é preciso que se diga. É porque as contas são pagas lá no interior, na fonte do recebimento.

Nós temos conhecimento que dezenas e dezenas de autorizações para recebimento estão sendo fornecidas diretamente pelo Governador do Estado. Lá em Ponta Grossa, não agora, porque de lá partiu este movimento de não pagamento. Mas, Londrina, Araçongas, Paranaguá, Antonina, enfim, nos principais centros de arrecadação de nosso Estado. Para um Governo que pretende pagar os seus apaniguados, não podia haver melhor coisa. Esta gente que engendrou isto, serviu de instrumento para isto que nós estamos assistindo. Mas o que é lamentável nobre Deputado é que os funcionários públicos, esses que dependem única e exclusivamente daqueles vencimentos, estão passando necessidade.

Eu tenho sido abordado por muitos que nem sequer podem comprar remédios para os seus filhos, porque os seus vencimentos estão atrasados.

De sorte que este movimento — não sei se partiu da Associação Comercial — mas que é conduzido tão acintosamente, até servindo de elementos, exatamente para a burla, para o tal testamento de que se fala por aí. De sorte que, eu termino, nobre Deputado, dizendo que essa gente que iniciou isso, serviu de instrumento para aquilo que eles tanto combatem.

O SR. AGOSTINHO RODRIGUES — Agradeço o aparte de V. Excia. e a propósito, irei justamente abordar esse aspecto. Realmente, V. Excia. tem razão, quando afirma que esse movimento está, na realidade, favorecendo o atual Governo, porque eu, por exemplo, tenho informações seguras de que só a 1.^a Recebedoria de Rendas tem em seus cofres importância muito maior que aquela que o sr. Secretário da Fazenda, ainda há dias, informou que a 2.^a Recebedoria de Rendas recebia. Quer dizer, o movimento de não pagamento de impostos, tem sido mínimo. E o Governo está se valendo desse argumento de que não está entrando dinheiro nos cofres do Tesouro, para o pagamento do funcionalismo. O jornal «O Estado do Paraná» afirmou aqui, e vou ler, dizendo que eu sou contra o movimento de retardo de pagamento de impostos. (Lê) «O Deputado Agostinho Rodrigues, que é contra o movimento de retardo de pagamento de impostos, não se limitou a dar sua opinião; afirmou, salvo se foi mal interpretado pelo jornal, que o novo Governador já disse isso e mais aquilo. O parlamentar democrata cristão precipitou-se e, para falar com franqueza, agiu levemente».

Eu creio que, se alguém agiu levemente, deve ter sido esse jornalista que, como já disse, não me consultou se realmente houvera eu dado entrevista ao jornal «Última Hora».

O sr. Haroldo Leon Peres — Quero dar a V. Excia., Deputado Agostinho Rodrigues, o meu testemunho, que seria até dispensável neste caso, porque aqui já se fizeram ouvir vozes autorizadas, prestando depoimentos sobre a atuação de V. Excia. Fico satisfeito em ver esclarecido por V. Excia. isto, que considero um equívoco, porque nenhum de nós, de boa mente, poderia fazer essa acusação, de que V. Excia. é um Deputado leviano. A longa fôlha de serviços que V. Excia. tem prestado a esta Casa, a sua assiduidade nos trabalhos legislativos, a serenidade com que V. Excia. exerce a representação popular e, sobretudo o carinho com que V. Excia. exerce o seu cargo, afastaria, «ad initio» qualquer possibilidade de se aceitar uma afirmativa assim, tão pesada, contra V. Excia., de que fôsse um leviano. Mas, como V. Excia. esclareceu, parece que tudo não passa de um equívoco. V. Excia. já disse que não deu nenhuma entrevista à «Última Hora», como apregoa o jornal «O Estado do Paraná». Portanto, «O Estado do Paraná» já partiu de uma premissa falsa, comentando uma entrevista que V. Excia. não deu. Em todo o caso, queria lembrar a V. Excia. que, de forma alguma, se pode aceitar que V. Excia. fique em situação esquerda

por fazer parte de um outro Governo e vir um órgão que apoia o Governo, atacá-lo de leviano, porque, pelo que depreendi da leitura desse editorial, o próprio articulista diz que o sr. Ney Braga não fala pela boca de ninguém, mas pela sua própria boca. Portanto, não falaria também pela boca do «Estado do Paraná». É uma atitude pessoal desse rapaz, brilhante jornalista, mas que laborou em equívoco, ao fazer essa acusação tão sem fundamento.

De forma que, receba V. Excia. o meu testemunho e a minha solidariedade, pela forma brilhante e patriótica com que tem exercido seu mandato nesta Casa, em favor dos interesses do povo e do Estado do Paraná.

Quanto a outra parte, sr. Deputado, queria dizer que não estou inteiramente de acôrdo com o nobre colega Deputado Waldemar Daros, na questão de impostos. Entendo que o movimento lançado, ou endossado, ou apoiado, como quer que seja, pela Associação Comercial do Paraná, no meu entender, passo também a falar não representando alguém a não ser o meu pensamento personalíssimo, é um movimento legítimo.

Não vejo, aí, nenhuma burla, nenhuma vontade de burlar a lei ou prejudicar o Estado, mas, ao contrário, de salvá-lo, porque impostos e taxas existem, são consignados nas leis próprias como obrigação do cidadão para, em trôco deste recolhimento de impostos e taxas, serem prestados serviços correspondentes através de uma administração honesta, profícua que se interesse pela solução dos graves problemas de nosso Estado. Ora, se o Governo do Estado, como é público e notório, e V. Excia. mesmo, assim como outros Deputados da oposição, inclusive o Deputado Waldemar Daros aceita e admite como verdadeiro que este Governo tem se desmandado nas piores irregularidades da história político-administrativa do Paraná, é justo que se procure pôr um paradeiro à situação, evitando que este restante de arrecadação que passaria pelos cofres, sob a guarda do Chefe do Executivo, sr. Moysés Lupion, seja raspado até o último tostão. Não aceito que o Governo, agora passe a usar este movimento da Associação Comercial como excusa para o não pagamento do funcionalismo. Basta verificar os Diários Oficiais para ver as escandalosas, repetidas e reiteradas nomeações que este Governo tem feito no final de sua gestão, para ver que ele não está preocupado em fazer economia. Basta atentar para as desapropriações que têm sido feitas no apagar das luzes deste Governo, que paga 50 milhões por próprios que não valem nem 8 ou 10 milhões. Propõem-se a desapropriação dos trapiches do cáis do Pôrto de Antonina, compra-se Hospitais do interior do Estado para proteger gente ligada à sua grei, numa verdadeira orgia e desbaratamento de dinheiro que só um Governo com boa situação poderia se permitir. Portanto, não serve esta excusa do Governo do Estado. Reconheço que lança mão dela, mas só um indivíduo desavisado, que não analise e não medite sobre a situação real do Estado é que poderia aceitar esta desculpa. O funcionalismo não recebe, não porque a Associação Comercial endossa, ou inicia ou abona o movimento para o não pagamento dos impostos neste último mês de Governo, portanto, uma parcela mínima de arrecadação do Estado. Não recebe o funcionalismo, porque o sr. Moysés Lupion é useiro e vezeiro, em cada dia que passa, em prodigalizar desmandos ao Estado. Não pode pagar ao funcionalismo, mas compra terrenos que não valem nem 5 milhões, pagando 50 milhões por eles. Não paga o funcionalismo porque pagou, no último mês, 70 milhões por esta rodovia que nunca mais acaba, que há 10 anos se iniciou e que não chega ao fim, que é a auto-estrada Curitiba-Paranaguá. Este Governo deve estar nadando em dinheiro, fazendo nomeações e mais nomeações, comprando Hospitais de protegidos seus no interior do Estado. E como alega que não tem dinheiro? Não paga o funcionalismo porque emprega mal o dinheiro que arrecada. De modo que, quanto à primeira parte da oração de V. Excia., fica meu integral apoio e solidariedade a V. Excia., esclarecendo, como já esclareci, que tomo este episódio como equívoco.

Ainda que V. Excia. tivesse concedido a entrevista ao jornal «Última

Hora», V. Excia. mais do que ninguém nesta Casa, e como poucos em nosso Estado, tem integridade moral para falar em nome do Governador eleito, porque, como V. Excia. afirmou e como todos sabem, foi um dos mais valerosos e combativos defensores de sua candidatura. É companheiro antigo de Ney Braga e não lhe faltam condições para falar em seu nome. Tudo não passa de equívoco da «Última Hora» em transformar uma conversa informal de V. Excia. em entrevista. E o «Estado do Paraná» também não devia se referir a este fato sem procurar saber se V. Excia. tinha concedido a entrevista. Quanto ao imposto está situada aí minha posição. Acho justo, legítimo este movimento e gostaria, se me fosse possível, de levar a todos os cantos do Estado minha palavra no sentido de que não se pague mais os impostos neste fim de Governo, porque não é possível que um cidadão que não é funcionário, que não é apaniguado, que não é protegido do Governo do Estado, que o cidadão que vive neste Estado, que labuta e que trabalha para o seu progresso pessoal e o desenvolvimento do Paraná assista a esta situação calamitosa em que se encontra o Estado. Por este motivo não deve ele, mesmo, pagar os impostos para possibilitar ao novo Governo que deverá se instalar a 31 de janeiro, e aqui falo muito a vontade porque jamais escondi que não votei no sr. Ney Braga, no sentido de que possa recuperar este Estado da calamitosa situação em que deixou o sr. Governador Moysés Lupion. Era a explicação que desejava dar à V. Excia.

O SR. AGOSTINHO RODRIGUES — Agradeço as palavras de V. Excia.

O sr. Waldemar Daros — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Estou aparteando novamente V. Excia. mais para responder ao aparte do nobre Deputado Haroldo Leon Peres. S. Excia. disse que não endossa minhas palavras. Todavia, no decorrer de seu aparte, S. Excia. concorda comigo porque, na realidade, afirmou aquilo que havia afirmado, que o Governador do Estado tem dinheiro para pagar indenizações, para pagar apaniguados do interior que praticam toda sorte de abusos neste fim de Governo como durante o seu Governo. Não sei se não me fiz entender. Porém, nobre Deputado, afirmei que esse movimento, não sei se partiu da Associação Comercial ou não, o não pagamento de impostos não tem alcançado a sua finalidade, porque é uma proporção muito diminuta dos srs. comerciantes que não está pagando os impostos. A maioria está pagando e esse movimento tem servido de escudo ao Governo do Estado que, em face desse não recolhimento dos impostos, deixa de pagar o funcionalismo público.

Estou de acôrdo com as palavras do Deputado Haroldo Leon Peres com respeito a atual administração pública do Estado, pois V. Excia. é testemunha, como o são todos os representantes do povo nesta Casa, da minha oposição intransigente ao Governo do Estado relativamente aos seus desmandos.

Era este o reparo que queria fazer, data vênua, ao aparte do Deputado Haroldo Leon Peres.

O SR. AGOSTINHO RODRIGUES — O pensamento de V. Excia. é o mesmo do Deputado Haroldo Leon Peres, havendo apenas questão de interpretação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra ao nobre orador que está finda a Hora do Expediente.

O Sr. Antonio Annibelli — V. Excia. permite um aparte?

O SR. AGOSTINHO RODRIGUES — Sr. Presidente, antes de terminar, vou conceder o aparte solicitado pelo Deputado Antonio Annibelli.

O Sr. Antonio Annibelli — O meu aparte é rápido. Quero dizer a V. Excia. o seguinte: — Há muitos anos milito nesta Casa e tenho apreciado as atitudes nobres, elegantes e de espírito público demonstradas por V. Excia. nesta Assembléa Legislativa.

Quero, nesta oportunidade, solidarizar-me com V. Excia. para dizer, em alto e bom som, que V. Excia. não tem nada de leviano, até pelo contrário, é muito circunspecto e sério no trato da coisa pública paranaense.

Por isso, solidarizo-me com as palavras de V. Excia. e reafirmo, nesta ocasião, o meu aprêço, a minha consideração e o meu respeito ao espírito público que sempre norteou os trabalhos de V. Excia. nesta Assembléa.

O SR. AGOSTINHO RODRIGUES — Agradeço a V. Excia. Não poderia esperar outra atitude de V. Excia. senão esta.

Para concluir estas minhas palavras, quero reafirmar que ocupei esta tribuna apenas, como bem disse e citou o nobre Deputado Haroldo Leon Peres, para desdizer esse lamentável equívoco em que incorreu esse jovem e brilhante jornalista do «Estado do Paraná» e que escreve diariamente artigo de fundo, da 4.^a página. Espero, Sr. Presidente, não voltar mais a esta tribuna para tecer considerações acérca de tão melindroso assunto. A esse jornalista eu atribuo apenas, dada sua mocidade e ardor, ao seu vivo idealismo, essa precipitação própria dos jovens, fagulha da mocidade que vai morrendo e dando lugar a uma maturidade que só se consegue através de uma luta constante pela vida, e que só conseguimos atingir no ápice da vida.

Dou-me por satisfeito e honrado com os apartes de solidariedade que recebi por parte de vários colegas, os mais brilhantes, com assento nesta Casa.

O Sr. José Hoffmann — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). V. Excia. tem sido dentro desta Casa e fora dela um político digno, tendo agido com toda cultura e toda disposição do caráter que é próprio de V. Excia. Tem sido sempre um batalhador, operoso, sempre voltado, com a melhor boa vontade, para as lides legislativas. É de se estranhar, porisso, que um jornal, para cuja eleição de seu candidato contou com considerável parcela ao trabalho inestimável de V. Excia., é de estranhar que esse jornal comece um editorial fazendo referências injustas a V. Excia. V. Excia. afirma que não concedeu aquela entrevista, e se a tivesse concedido ela teria tido todo meu aplauso, porque V. Excia. tendo proferido aquelas palavras, estaria se identificando com o pensamento sensato da grande maioria dos paranaenses, porque não se justifica de qualquer forma o boicote e nem que uma Entidade de Classe, que represente as classes conservadoras e que um órgão como esse se anime a prestar informações dessa ordem.

Em todo caso quero manifestar minha solidariedade a V. Excia., e, à semelhança de meus colegas, expressar a V. Excia., o meu aplauso e todo meu respeito e consideração.

O SR. AGOSTINHO RODRIGUES — Agradeço o aparte de V. Excia., aparte que me honra, partido como partiu de V. Excia., que é um dos mais antigos e brilhantes jornalistas de nossa terra.

O Sr. Nicanor Vasconcellos — Deputado Agostinho Rodrigues, ou não pretendo entrar no mérito da matéria que trouxe V. Excia., a esta tribuna.

Quero, apenas como seu velho companheiro de partido, do glorioso Partido Republicano, dizer a V. Excia., que pessoalmente, em meu nome, e também em nome do Partido Republicano ao qual tenho a honra de presidir, afirmar que V. Excia., continua a merecer a nossa simpatia e o aprêço pela compostura que V. Excia., tem demonstrado dentro desta Casa Legislativa.

Era o aparte que eu queria dar.

O SR. AGOSTINHO RODRIGUES — Agradeço ao nobre deputado Nicanor de Vasconcellos as expressões que deu a mim neste instante, em seu nome e em nome ao partido ao qual tive a honra de pertencer, ao velho e tradicional Partido Republicano.

Sr. Presidente, e com o aparte do nobre deputado Nicanor Vasconcellos, dou por encerrada estas minhas considerações.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 27 srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO procederá a leitura do ofício enviado pelo sr. João Ribeiro Júnior, Secretário da Agricultura, nos seguintes termos:

«Senhor Presidente:

Julgando ser dever desta Secretaria de Estado, bem esclarecer aos ilustres membros desta Casa, como a opinião pública, é que venho solicitar de V. Excia., a indispensável aquiescência para poder comparecer a essa augusta Assembléia, a fim de informar da verdadeira opposição desta pasta, no que concerne a importação de maquinário agrícola.

Desejaria ainda que si assim concordar V. Excia., me fôsse permitido comparecer a reunião do dia 10 do corrente, em hora que me fôsse determinada.

Antecipo meus agradecimentos, ao ensêjo, renovo a V. Excia., os protestos de elevada estima e distinta consideração.

ATENCIOSAS SAUDAÇÕES

(a) João Ribeiro Júnior — Secretário de Estado».

Requerimento de autoria do sr. Ruy Gândara, requer retirada do Projeto de lei que está sem parecer. — **É retirado o projeto de lei.**

Requerimento do sr. deputado Luiz Alberto Dalcanalle, em que requer voto de congratulações pela passagem do 29.º aniversário do Aéro-Clube Paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Amaury Silva, em que requer seja endereçado ao Governo Paulista telegrama sobre reforma de revisão Agrária. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Ernesto Moro, solicitando um voto de congratulações pelo transcurso do 189.º aniversário de fundação de São José dos Pinhais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Waldemar Daros solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 714-60. — **Ao sr. Diretor dos Serviços Legislativos.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Annibelli, solicitando a inclusão na Ordem do Dia das Proposições ns. 91-60 e 89-59. — **Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para informar sobre a situação das Proposições.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Mário Faraco, solicitando a anexação do Projeto de Lei n. 502-60 ao de n. 536-60. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Renato Bueno, solicitando dispensa de Redação Final para todos os Projetos de lei em 3.ª discussão que não tenham recebido emendas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Annibelli, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei ns. 260-60, 367-59, 690-60 e 716-59. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Ruppel, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 190-60. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Ruppel, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 910-60. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Agostinho Rodrigues, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 792-60. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Anibal Curi, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei ns. 854-60 e 754-60. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Vianna, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 832-60. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Vianna, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 482-60. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Ruppel, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 724-60. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Pedro Liberti, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 881-58. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Waldemar Daros, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 530-58. — **Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para informar sobre a situação do projeto.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Vianna, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da Proposição n. 31-60. — **Ao Sr. Diretor dos Serviços Legislativos.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Annibelli, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 845-59. — **Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para informar sobre a situação do projeto.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Waldemar Daros, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei n. 435-60. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Camargo, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 135-60. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Amaury Silva, solicitando a inclusão na Ordem do Dia dos Projetos de Lei ns. 858-60, 866-60 e 857-60. — **Aprovado.**

O SR. HAROLDO LEON PÉRES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, V. Excia., vai colocar em votação a matéria da Ordem do Dia. Ora nos avulsos distribuídos aos srs. Deputados consta como em pauta em 3.a sessão a Proposição 40-60, de autoria do sr. deputado Raphael Kuliski e outros, para o fim de ser declarado extinto o mandato do sr. deputado Thadeo Sobocinski.

Se não me falha a memória, sr. Presidente, esta matéria já estava em pauta em 3.a sessão 6.a feira próxima passada, e deveria estar hoje incluída na Ordem do Dia para aprovação do plenário.

Essa a minha questão de ordem é no sentido de que V. Excia., esclareça porque razão não está incluída na matéria da Ordem do Dia, a proposição a que acabo de me referir.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que sexta-feira não houve sessão, e nos comunica o serviço legislativo que, quinta-feira, o projeto estava em pauta 2.a sessão.

O SR. HAROLDO LEON PÉRES — Agradeço a V. Excia.

O SR. THADEO SOBOCINSKI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, ainda com referência à Proposição 40-60, quero informar a V. Excia., que, ao receber hoje, na minha residência a Ordem do Dia dela não constava a Proposição 40-60. Ainda hoje pela manhã, recebemos a Ordem do Dia com a mesma falha, ou seja, não constando a folha n. 7 da Ordem do Dia. Verifiquei também que a Ordem do Dia entregue ao meu ilustre e nobre amigo sr. deputado Agostinho Rodrigues, também continha 6 folhas e não constava a Proposição 40-60.

Ora a Ordem do Dia entregue aos srs. Deputados é para dar orientação às atitudes que eles devem tomar na sessão a que se refere a Ordem do Dia. No sei se foi falha ou negligência do funcionário encarregado, ou outro motivo, mas estranho, sr. Presidente, que ao entrar na Casa, encontre mais uma folha anexa à Ordem do Dia. Como se trata de uma representação que visa a cassação do mandato de minha pessoa, acho uma irregularidade muito grande. Quero protestar junto à Mesa e pedir que conste em ata esse meu protesto, porque recebo duas ordens do Dia, diversos Deputados também assim receberam, sem que constasse a Proposição 40-60, não sei co-

mo ela agora pode estar incluída. De maneira que causa um transtorno diante da atitude que queria tomar perante o meu interesse de defesa.

Requeiro à Mesa que V. Excia., mande consignar em ata este meu protesto, e mande investigar quais os motivos que levaram a não completar a Ordem do Dia, ou melhor, o que houve, afinal com a distribuição da Ordem do Dia. É interessante investigar, para saber qual o motivo dessa anormalidade.

Era isso que queria dizer.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo à questão de ordem do sr. deputado Thadeo Sobocinski, informo que a Ordem do Dia entregue na residência dos srs. Deputados, é apenas informativa, não tem valor para esta Assembléia. A que é distribuída neste plenário, é que de fato tem valor. Nestas condições, a proposição 40-60, tem estado em pauta por três sessões. Entretanto, essa Presidência vai investigar, por que razão na Ordem do Dia informativa, que é entregue no domicílio dos srs. Deputados, não consta também a última folha, que marca os projetos em pauta.

Valor para a discussão e votação, só tem a Ordem do Dia entregue e distribuída na Assembléia.

O SR. THADEO SOBOCINSKI — Mesmo que tenha valor informativo, então, se não merece fé a Ordem do Dia que se entrega em casa, é melhor que não entreguem, porque estive na casa de um colega e verifiquei que também na Ordem do Dia que ele recebera não constava a página 7, e aqui constam sete páginas na Ordem do Dia. Como se trata de um Poder Legislativo acho estranho, e pediria a V. Excia. que tomasse providências ou suspendesse a entrega da Ordem do Dia em casa, porque se não tem valor mesmo informativo, então não é preciso entregar.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, respondendo à questão de ordem do deputado Thadeo Sobocinski, informa que, de fato, não consta a folha sete na Ordem do Dia. Porém a Mesa esclarece ao nobre deputado que a Mesa coloca em pauta a proposição por três sessões e, nestas condições, a Mesa não pode ver o prejuízo que tenha acarretado ao deputado Thadeo Sobocinski.

Votação em Redação Final — do Projeto de Lei n. 260-60, dispondo que passam a ter vencimentos correspondentes a quatro quintos daqueles atribuídos aos Secretários de Estado, os cargos isolados, de provimento efetivo ou em comissão, dos Diretores de Departamentos que especifica. — **Aprovado.**

Votação em Redação Final — do Projeto de Lei n.º 690-60, que dá nova redação aos artigos 4.º e 6.º, da Lei n.º 3.365, de 18 de outubro de 1957. — **Aprovado.**

Votação em 4.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 367-59, de autoria do Dep. Aníbal Curi, que cria a Comarca de Nova Londrina, de 1.ª. Entrância, com sede na cidade do mesmo nome, compreendendo os Distritos de Nova Londrina, Diamante do Norte e Itauna do Sul, e dá outras providências. — Parecer favorável da C.F. — **Emendas de 3.ª. Discussão.** — Serão votadas as emendas aprovadas em 3.ª discussão. Emenda n.º 11. **Prejudicada.** Emendas nrs. 12 e 13. — **Aprovadas.**

Votação em 2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 716-59, Mensagem Governamental n.º 91-59, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, à Secretaria de Viação e Obras Públicas, destinado a ocorrer despesas com a desapropriação de imóvel situado nesta Capital, onde será construída a sede e outras obras da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

Votação em 4.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 190-60, de autoria do Dep. Antonio Ruppel, que cria o Município de Inajá, desmembrado do atual Município de Paranacity, com as divisas que especifica. — Sem pareceres.

Emendas de 3.a Discussão. (Em Regime de Urgência).

Em votação a emenda n. 25 — **Rejeitada.**

Em votação a emenda n. 26. — **Aprovada.**

Em votação a emenda n. 27. — **Aprovada.**

Em votação a emenda n. 28. — **Aprovada.**

Em votação a emenda n. 29. — **Aprovada.**

Em votação a emenda n. 30. — **Aprovada.**

Em votação a emenda n. 31. — **Aprovada.**

Em votação a emenda n. 32. — **Aprovada.**

O projeto irá à Comissão de Redação Final.

Votação em 1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 910-60, Mensagem Governamental n. 185-60, que dá nova redação ao artigo 4.o, da Lei n. 2.429, de 6 de agosto de 1955. (Consultoria Geral do Estado). — **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.**

Votação em 1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 792-60, de autoria de Dep. Agostinho Rodrigues, que assegura aos Oficiais da Polícia Militar de Estado, que exerceram ou vierem a exercer, por mais de doze (12) meses, as funções de que trata o artigo 25, da Lei n. 4.074 de 1.o de setembro de 1959, ao passarem para a reserva remunerada, os proventos correspondentes aos vencimentos fixados nesse dispositivo. **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.**

Emenda da C.C.J., com sub-emenda da C.F. — Aprovado.

Votação em 2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 854-60, de autoria do Dep. Nêo Martins, que cria no Quadro Especial da Diretoria do Tesouro, da Secretaria da Fazenda, os cargos isolados de provimento efetivo que especifica. **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.**

Votação em 3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 754-60, de autoria do Dep. João Mansur, dispondo que passam a perceber os mesmos vencimentos e vantagens que os Procuradores e Advogados da Consultoria Geral do Estado, Procuradoria Geral e Consultoria Jurídica da Fazenda e dos Departamentos Autônomos do Estado, os Engenheiros ocupantes de cargos ou funções no Quadro Geral do Funcionalismo Público Civil do Estado ou nos Departamentos Autônomos. — **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EMENDA DA C.F.**

O SR. LADISLAU LACHOSKI — (Pela ordem). Sr. Presidente, srs. Deputados. Com referencia ao Projeto de Lei n. 754-60, de autoria do nobre deputado João Mansur, é sabido nesta Casa que era pretensão minha apresentar uma emenda esclarecedora da redação do referido Projeto, porque entendia, salvo melhor juízo, sr. Presidente, que esta emenda a este Projeto iria beneficiar tão somente a carreira de engenheiro existente no Estado, quando existem tres carreiras — a de engenheiro quimico, a de engenheiro electricista e a de engenheiro propriamente dita.

Portanto, não tinha sentido nenhum, sr. Presidente, a emenda no sentido de bloquear este Projeto, porque sendo a emenda de redação, praticamente a Mesa poderia colocar em votação sem que a mesma voltasse as Comissões. No entanto, levantou-se neste Plenário enorme celeuma em torno da emenda que pretendia apresentar a ponto de inumeros colegas meus engenheiros quimicos, procurarem-me em Plenário para que eu não obstruísse o Projeto.

Como não era minha intenção absolutamente, obstruir, muito pelo contrario, porque já fui autor de emendas beneficiando a classe de engenheiros nesta Legislatura. E interpelado por um dos jornalistas, presentes nesta Casa, o representante do conceituado "Diario do Paraná" qual a minha atitude, se a retiraria ou não a emenda, havia respondido que não havia apresentado, mas, somente não apresentaria se a classe dos engenheiros quimicos, assim a pedisse.

E realmente no dia da votação em 2.a discussão do Projeto de Lei n. 754, recebi uma comissão de engenheiros-quimicos, chefiados pelo sr Reinaldo

Spitzner e Nilton Burer, representantes legítimos daquela classe que tanto tem feito em prol do Estado do Paraná.

Eu disse a eles que não apresentaria a emenda.

No entanto, sr. Presidente, quiz um conceituado Jornal Verpertino «Tribuna do Paraná» dar outra interpretação a minha retirada da emenda. Isto chocou-me profundamente, sr. Presidente, porquanto exerço há mais de 15 anos diversas funções como funcionário público e neste Governo nos últimos cinco anos prestei meus serviços como Diretor do Departamento de Águas e Esgotos e como Secretário de Viação e Obras Públicas. E todos os meus atos se pautaram em honestidade e probidade e isto mesmo a imprensa da oposição que quando se levantava qualquer questão com respeito a minha administração eu prontamente prestava esclarecimentos aos srs. Deputados. E não seria agora que esse jornal me fizesse uma injustiça alegando outros motivos para a retirada da emenda.

Queria esclarecer a nobre classe dos engenheiros que somente atendi aos apelos daquela classe de engenheiros químicos que colaborando com seus colegas engenheiros não quiseram tumultuar o projeto e quiseram vê-lo aprovado. Meu voto, portanto, em 3.ª votação, é favorável ao projeto.

C SR. PRESIDENTE — 3.ª discussão do projeto 754-60. **Aprovado.**

Votação em 2ª Discussão — do Projeto de Lei n. 832-60, Mensagem Governamental n. 166-60, que denomina «Departamento de Imprensa Oficial do Estado, diretamente subordinado a Secretaria do Interior e Justiça a Imprensa Oficial do Estado, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C. F. — **Aprovado.**

Votação em 3ª Discussão — do Projeto de Lei n. 482-60, de autoria do Dep. Anibal Curi, que considera como efetivos desde a posse e terão os vencimentos fixados em Lei n. 3.435, de 2 de dezembro de 1957, os Membros do Conselho Administrativo da Caixa de Habilitação Popular do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EMENDAS** da C. F. e de plenário.

Emenda n. 1 — **Aprovada.**

O SR. HAROLDO PERES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — O sr. 1.º Secretário irá proceder a verificação de votação. (É procedida a verificação de votação).

10 srs. Deputados aprovam; 10 srs. Deputados rejeitam; não há «quorum» para votação.

O SR. PEDRO LIBERTI — (Pela ordem). Sr. Presidente, requiro a chamada nominal dos srs Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 20 srs. Deputados. Não há «quorum» para votação.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 254-60, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Departamento de Estradas de Rodagem, um crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, destinado a ocorrer despesas com a construção e revestimento primário da estrada Morretes — Antonina — Cacatú, da Rodovia BR-6. — **Encerrada a discussão.**

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 919-60, de autoria do Governo do Estado (Mensagem n. 197-60), que dá nova redação ao art. 13, da Lei n. 2.566 de 25 de janeiro de 1.956. (Departamento Estadual do Serviço Público). — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EMENDA** da C. F. — **Encerrada a discussão.**

O SR. LUIZ ALBERTO DALCANALLE — Peço a palavra sr. Presidente, para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Deputado.
O SR. LUIZ ALBERTO DALCANALLE — Sr. Presidente. srs. Deputados. Regressando, em data de 6 do corrente do Estado de São Paulo, e chegando a esta Capital, deparei na edição do mesmo dia do jornal «Estado do Paraná» com uma notícia, em que deparava expressamente, que um Deputado havia desviado da Prefeitura de Foz do Iguacu, 17 milhões de cruzeiros.

Depois de tecer considerações embaraçosas sobre a aplicação da lei 2.597, que dispõe sobre as atividades da Comissão Especial de Faixa de Fronteira, que define e regulamenta as obrigações das Prefeituras situadas na Faixa de Fronteira, dá uma notícia em que a população de Foz do Iguacu se encontrava revoltada com a atitude tomada pelo Prefeito Municipal — sr. Emilio Henrique Gomes, porque este havia entregue a referida importância de 17 milhões de cruzeiros, à nossa pessoa.

Diz a notícia em seu tópico final: «O Prefeito Municipal — sr. «Em decorrência da visita presidencial a Foz do Iguacu, ao próximo dia 26, quando será inaugurada a ponte internacional Brasil-Paraguai, a União através de uma Comissão de Faixa de Fronteiras liberou e remeteu por intermédio do Banco do Brasil, para atender compromissos previstos desde 1957, e relacionados com a Usina de Ocoy, a importância de 26.184.781,00 de um total de 52.369.562,00 investimento global necessário as obras civis e os serviços de instalação eletro-mecânica da central que se levanta no rio Ocoy. O Prefeito Municipal sr. Emilio Gomes único que poderia manusear este dinheiro, tão logo se viu de posse do mesmo, fez entrega de 17 milhões de cruzeiros ao deputado Luiz Alberto Dalcanalle, manobra que incontinenti chegou ao conhecimento da população, já indignada por uma série de acontecimentos idênticos e inexplicável que está propensa a se revoltar contra o lamentável gesto do chefe do executivo local».

Dirigimos, no mesmo dia, uma carta ao sr. Diretor do jornal «Estado do Paraná», nos seguintes termos: Lê: — Curitiba, 6 de janeiro de 1961. Sr. Diretor. Li, com surpresa, a notícia publicada a meu respeito e referente à minha pessoa.

Surpresa. Senhor Diretor, por encontrar tal notícia inserida no «Estado do Paraná», jornal que desfruta, na opinião pública, de tão elevada conceituação, granjeada à custa das campanhas defendidas, dos conceitos emitidos, das causas abraçadas e dos escândalos denunciados, estes, em especial, sempre com arrimo em fatos verídicos, devidamente averiguados e comprovados por documentação, na maioria das vezes com seus «fac-similes» estampados nas primeiras páginas.

Surpresa — Senhor Diretor — pelo primarismo, pela infantilidade e pela malícia com que a notícia está redigida: «População de Foz do Iguacu acusa deputado pelo desvio de 17 milhões». Quem é que acusa? Porque acusa? Com que provas a acusação é feita? Estas são as perguntas que a reportagem de um jornal, como o «Estado do Paraná», deveria fazer a quem maldosamente veiculou tão torpe notícia. Ou será — Senhor Diretor — que a volúpia da denúncia de escândalos da administração pública tomou conta da mente raciocinadora dos ilustres integrantes do quadro de reportagem, e já não agem mais de acordo com a ética profissional, já não mais acreditam na honestidade dos homens públicos, no amor pela pátria e na luta em prol das causas do povo.

Surpresa — Senhor Diretor — porque estive ao lado desse jornal em muitas causas e V.S. conhecendo a mim, sabendo do meu modo de agir, do meu comportamento na vida pública, permite a divulgação de uma notícia, que afronta meus brios, minha honra e meu nome, legados de meus maiores e que defendemos e defenderemos, sempre intransigentemente.

Mas, Senhor Diretor, se V.S. quizer conhecer o lado real dos fatos, — como certamente o pretenderá — disso temos certeza. — convido-o a honrar com sua presença meu escritório, sito à Praça Osório, nº 115, 7º andar,

conjunto 71. Aí me encontro, como sempre estive, inteiramente à disposição da imprensa para comprovar, com documentação hábil, qual a minha participação nos fatos relatados nesse jornal, — participação essa de que muito me honro, por ter sido dinamizada em favor da região oeste, de que me orgulho de representar na Assembléa Legislativa do Estado.

Atenciosamente

(a) **Luiz Alberto Dalcanalle**.

Noticiou no dia 7 «O Estado do Paraná» que nós, da nossa tribuna, faríamos os devidos esclarecimentos para o fato. É preciso que se diga, sr. Presidente, srs. Deputados, que da nossa tribuna sempre nos mostramos preocupados com os problemas que dizem respeito ao Oeste do Paraná. Sobre o problema de energia e luz do município de Foz do Iguaçu, tive oportunidade de debater nesta Assembléa, interpelando mesmo os ilustres membros da bancada do Partido Social Democrático, sobre o andamento das obras em construção na Usina do Rio Ocoí.

A notícia veiculada pelo «Estado do Paraná» diz respeito à uma importância de 51% sobre o empreendimento hidro-elétrico que está sendo construído no Salto Grande do Rio Ocoí, no município de Foz do Iguaçu.

Está o Estado do Paraná há longos anos construindo uma usina que, há uns 4 anos atrás foi orçada, por um levantamento feito por um técnico da Comissão Especial de Faixas e Fronteiras, em 28 milhões de cruzeiros. O sr. Prefeito Municipal de então, devidamente autorizado por lei municipal, encaminhou expediente à Comissão Especial de Faixa e Fronteiras, pretendendo auxílio de 50% sobre o total de 52 milhões de cruzeiros, para que, em segunda fase, em segunda etapa de construção, ficasse a Prefeitura com 50% do empreendimento e ver-se o município de Foz do Iguaçu duplicado o seu poder energético.

Participamos, com responsabilidade, do lançamento do então candidato do Partido Trabalhista Brasileiro Emilio Henrique Gomes; participamos da sua campanha, festejamos a sua vitória e sofremos com as agruras, a tese amarga da administração de um prefeito que recebeu um município falido.

Entendemos que é da responsabilidade de um Deputado que representa a sua região, dar toda assistência a todos os problemas que dizem respeito a um município, e nesse entendimento do exercício do mandato é que fomos, diversas vezes, a Brasília e diversas vezes ao Rio de Janeiro, percorrer nos diversos caminhos das repartições públicas o andamento do referido processo. O nobre deputado Amaury Silva e o nobre deputado Jorge Nassar, que tiveram a oportunidade de comigo estar em Brasília por duas vezes e são testemunhas que em Brasília desenvolvi trabalhos no sentido de solicitar do Vice-Presidente da República, sr. João Goulart, ao Ministro da Fazenda e solicitei também a nossa bancada de deputados com assento na Câmara Federal para que intercedessem junto ao Ministro da Fazenda, junto a Comissão de Faixas e Fronteiras, para liberação da referida verba.

O Sr. Amaury Silva — V. Excia. me concede um aparte? (Assentimento) — Nobre deputado Luiz Alberto Dalcanalle, mesmo que V. Excia. tão oportunamente não se tivesse manifestado, eu o faria, porque certa feita o acompanhei à Brasília, onde tive oportunidade, realmente, de constatar o esforço e o interesse que V. Excia. dispensou ao problema da construção dessa Usina geradora de energia e força no município de Foz do Iguaçu. Esforço esse dispensado junto aos responsáveis dos destinos administrativos da nação, entre eles o Vice-Presidente da República e Ministro de Estado. Mesmo que V. Excia. não tivesse lembrado esse fato, eu o apartearia, nobre deputado Luiz Alberto Dalcanalle, para dizer que V. Excia. pelos serviços já prestados à causa pública paranaense, pela conduta com que trouxe as suas atividades de homem público e, principalmente também pela honestidade de sua vida particular, V. Excia. jamais poderá ser alvo de qualquer intriga, de qualquer calúnia ou de qualquer injúria, por que está já firmado na opinião pública o conceito segundo o qual V. Excia. é nesta Casa, sem dúvida nenhuma, um legítimo representante da região oeste

do Paraná pugnando pelas justas reivindicações da população daquela região, e por isso imune a qualquer tentativa de confundir-lo junto à opinião pública paranaense e principalmente daquela que V. Excia. representa nesta Casa. razão pela qual repito, mesmo que não fosse eu testemunha desse esforço e dessa gestão que tão bem justifica ao eleitorado a razão de tê-lo como representante, eu venho dar-lhe a minha solidariedade e o meu respeito na hora em que tão maldosamente tentaram difamá-lo em fato do qual todos nós temos certeza, V. Excia. jamais participaria.

O SR. LUIZ ALBERTO DALCANALLE — Eu agradeço penhorado o aparte confortador de solidariedade que V. Excia. nos traz neste momento.

O Sr. Antonio Annibelli — V. Excia. me permite um aparte? (Assentimento). Eu, especialmente, quero dizer a V. Excia. que aqui não está o vosso colega de bancada do Partido Trabalhista Brasileiro. Aqui está um homem sentado na cadeira que o está apartando, para dizer nesta Casa o que tem visto na atividade operosa, da atividade brilhante, da capacidade de espírito público que sempre norteou as atividades e os trabalhos de V. Excia. nesta Assembléa Legislativa do Estado do Paraná.

Eu sou um homem que periodicamente vou ao oeste paranaense que V. Excia. tão dignamente representa nesta Casa.

Periodicamente, tenho visto, assistido o amor e o destemor com que V. Excia. se bate pelas causas justas e legítimas das reivindicações do oeste que V. Excia. representa nesta Assembléa.

E então, aqui, agora, apenas como um homem público, tirando a roupa do meu partido, eu quero dizer à V. Excia. que a atividade e a capacidade de V. Excia. ao homem e à causa pública, o destemor com que se bate pelas causas legítimas dos vossos representados, me dá, oportunidade, neste instante, para dizer que só a maldade poderia levar esta peçonha que se quis jogar sobre V. Excia.

Mas, os homens públicos do Paraná, dos quais eu me honro e orgulho de ser um deles, viriam como estão vindo o líder da minha bancada e agora eu, para dizer que creio na capacidade de trabalho que V. Excia. já demonstrou eficientemente e sou testemunha do amor dispensado, em suas atividades pela região que representa nesta Casa e, periodicamente, quando vou ao Sudoeste só ouço elogios às qualidades de V. Excia. Por esta razão quero dizer que o homem público que realmente se devota à causa pública como V. Excia. de quando em vez vê qualquer coisa para ensombrear a sua brilhante trajetória. Por isso nobre Deputado, não desanime, continue para a frente porque V. Excia. não é o primeiro e nem será o último a quem se assaca a peçonha. Quero, dizer, pelo amor que tenho à coisa pública, quero dizer, alto e bom som, nesta Casa, que V. Excia. tem sido um paradigma de honra e dignidade e me orgulho, me jactando nesta Casa por V. Excia. pertencer ao meu partido.

O SR. LUIZ ALBERTO DALCANALLE — São palavras, nobre Deputado, que recebo com toda a satisfação e como preciosas porque partem de V. Excia. que tantos anos dedicou à sua atividade como homem público. Mas, como ia dizendo, solicitamos até do Exmo. sr. Nelson Maculan para que dedicasse parte de seu tempo em Brasília em acompanhar o andamento deste processo e que, especialmente, quando o projeto estivesse em fase final e necessitasse da competente autorização de S. Excia. o sr. Ministro da Fazenda, que fôsse pessoalmente dizer da necessidade que tem Foz do Iguaçu de resolver seu problema de energia elétrica. Tão logo o senador Nelson Maculan obteve de S. Excia. o Ministro da Fazenda a afirmativa de que havia autorizado o pagamento à Prefeitura Municipal, passou à nossa pessoa um telegrama nos seguintes termos:

«Verba Rio Ocoi liberada conforme comunicação recebida Ministro da Fazenda pt Abraços Feliz natal e ano novo Maculan».

Provada, sr. Presidente, a nossa interferência e provado o nosso empenho na liberação da verba, fomos mais uma vez ao Rio, acompanhados do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, tratar, junto ao Banco do Brasil,

junto à Comissão Especial de Faixa de Fronteira para que a importância especificada em lei fosse remetida à agência de Foz do Iguagu, fato que desejávamos se tornasse público, pois se quisessemos poderíamos receber a importância no Rio ou na agência de Curitiba, com o objetivo da aplicação da verba, conforme determina a Lei 2592 e conforme autorização expressa da Câmara de Vereadores de Foz do Iguagu. O Prefeito Municipal deu andamento a entendimentos aqui em Curitiba e no Rio para uma tomada de preços das máquinas, da turbina, do gerador, do quadro geral e outras máquinas que acompanham a especificação da tomada de preços e de uma verificação de qual a melhor firma, de melhor tradição e que em melhores condições poderia fornecer o material para a usina de Ocoi. Com esse propósito, obtive cinco propostas de tomada de preços, sendo 4 da nossa Capital e 1 da cidade do Rio de Janeiro. Examinadas as propostas, examinadas a tradição da firma que melhor proposta nos oferecia, o sr. Prefeito de Foz do Iguagu entendeu de firmar um contrato, contrato esse que temos em mãos, com firma Valente e Cia. Ltda., cuja proposta se encontra também em nosso poder juntamente com as outras, em que os srs. Deputados poderão verificar da exatidão das afirmações, dando concessão à melhor proposta da firma que realmente assinou o contrato. No dia 30 de dezembro o sr. diretor Superintendente da referida firma, acompanhado de nossa pessoa, porque era do nosso entendimento que devíamos acompanhar todas as fases, até a conclusão do contrato, os atos de S. Excia. o sr. Prefeito Municipal emprestando a nossa modesta colaboração como advogado, como Municipal emprestando a nossa modesta colaboração como advogado, como **homem que realmente se dedica com amor e carinho, aos interesses do sudoeste paranaense**, foi firmado o contrato, e o sr. Diretor Superintendente retirou a referida importância do Banco do Brasil, recibo que temos em nossas mãos.

Concluídas essas informações à Casa como documentos que vamos remeter à Mesa para que fiquem constando dos Anais da Casa, obtivemos da firma Valente e Cia. Ltda. a cópia de uma carta, que foi enviada ao Diretor do jornal em que comunica que em data de 30 de dezembro foi assinado contrato para fornecimento de equipamento, conforme contrato, e que se referindo a um tópico esclarece que a nossa pessoa não participou de qualquer recebimento a qualquer importância referente ao contrato em questão, como foi divulgado pelo jornal. Mas, como é do nosso entendimento que o refrão popular de que quem cala consente é válido, em data de 7 do corrente, sábado, portanto, nos dirigimos à cidade de Foz do Iguagu para verificarmos lá, pessoalmente, qual era a população que nos acusava pelo desvio de 17 milhões de cruzeiros. E lá, atendendo à solicitação da Câmara de Vereadores, comparecemos a uma reunião pública em que compareceram também, além dos vereadores homens integrantes de todos os quadros **partidários, autoridades presentes**, e fizemos uma explanação do assunto **interferência no caso segundo dá respeito ao nosso pensamento e depois de to. demonstrando a legalidade do ato e, principalmente, provando a nossa conclusão** a reunião, o sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Foz do Iguagu passou o seguinte telegrama endereçado ao Diretor do Jornal «O Estado do Paraná»:

«Data ontem perante Câmara de Vereadores e população em Geral vg Deputado Luiz Alberto Dalcanalle vg Prefeito Emilio Gomes vg demonstraram e comprovaram interferência atuação sobre aplicação verba destinada pela Comissão Especial Faixa Fronteiras construção usina hidrelétrica rio Ocoi pt Como conclusão plenário aplaudindo demoradamente vg dando voto confiança Prefeito pela atuação frente executivo municipal pt Todas afirmações veiculadas edição seis corrente foram categoricamente refutadas pt

(ds Irio Manganelli Presidente Legislativo Municipal)».

De posse de toda essa documentação, vimos a essa tribuna, sr. Presidente, estranhar, primeiro, como já disse, por uma notícia inserida no jor-

nal «O Estado do Paraná» noticia que é publicada como uma informação oriunda de Foz do Iguaçu, por pessoa idônea, e que se diz representante daquela população. Mas, na nossa averiguação na cidade de Foz do Iguaçu, sábado passado, nós fomos constatar que a população de Foz do Iguaçu resumia a quatro ou cinco cidadãos que vivem exclusivamente da intriga e difamação, pertencendo aos quadros políticos partidários adversários do PTB em Foz do Iguaçu, e não representam o pensamento da população, mas sim o pensamento da insídia, da peçonha e da calúnia.

O sr. Ruy Gândara — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria que V. Excia. me prestasse um esclarecimento a que partido político pertencem esses cidadãos que aqui vieram, trazendo essa noticia?

O SR. LUIZ ALBERTO DALCANALLE — Vou responder ao aparte de V. Excia., nobre Deputado, dando-lhe uma informação apesar de V. Excia. Excia. Não pertencem aos quadros do Partido Social Democrático, partido me dever uma série delas. Mas, mesmo assim, vou responde a V. que V. Excia. dirige naquela região e orienta politicamente. Mas, quero dizer a V. Excia., a noticia publicada pelo jornal «O Estado do Paraná», juntamente com a noticia que veio de Foz do Iguaçu, trazida por homens integrantes de um partido politico, tão maldosamente a Curitiba vou res-salvar-me para rebatê-la no dia da inauguração da Usina do Rio Ocoi, que parte aquela Prefeitura realizou, porque entendo que, nesse dia terei o justo prêmio recebido e os que tão maldosamente difamam o nome de um homem que se dedica a vida pública, terão a resposta merecida.

O sr. Ruy Gândara — Nobre deputado Luiz Alberto Dalcanalle, tenho acompanhado sua vida pública, bem como a sua vida parlamentar. Somos adversários políticos na mesma região. Mas, nesta oportunidade — para isso lhe pedi esclarecimento se os homens do PSD, estariam ligados a essa Comissão, e V. Excia. me respondeu satisfatoriamente — desejo, então, neste momento em que V. Excia. presta a esta Casa os esclarecimentos que dizem respeito a sua pessoa, desejo, em meu nome pessoal bem como em nome da região que represento nesta Casa, dizer a V. Excia. que nós não acreditamos nessas noticias, que nós não admitimos que o nome honrado de V. Excia. esteja ligado a essas noticias infamantes do jornal «O Estado do Paraná». Bem como queremos testemunhar com a nossa palavra que V. Excia. é realmente um grande batalhador em prol do desenvolvimento dos municipios do Oeste paranaense.

O SR. LUIZ ALBERTO DALCANALLE — Agradeço o aparte de V. Excia., nobre deputado Ruy Gândara, quando vem trazer o testemunho satisfatório das atividades politicas e da conduta que mantemos na região Oeste do Paraná. V. Excia. fique certo, que, em tôdas as oportunidades em que V. Excia. trazer a esta Casa fatos que dizem respeito a atuação de V. Excia. nós estaremos aqui, trazendo o nosso testemunho a nossa solidariedade a conduta que V. Excia. tiver ou teve naquela região.

Em conclusão, sr. Presidente, srs. Deputados, queremos encaminhar à Mesa a documentação que trouxemos e que lemos perante a esta Casa, para que fique constando dos Anais.

Queremos, também, sr. Presidente, depois de mandar tirar fotocópias das demais propostas, obtidas pela Tomada de Preços por S. Excia. o sr. Prefeito Municipal, entregá-las à Presidência para que fique constando dos Anais.

Queremos dizer mais, que a referida firma, vencedora da Tomada de Preços, construiu e entregou as seguintes Usinas em nosso Estado: forneceu equipamento para a Usina de Guaira, construção realizada pelo Agrupamento do Exército sediado naquele Município; contratou com a Prefeitura de Cascavél o equipamento hidrelétrico, equipamento esse que se encontra depositado naquela cidade, contratou com a Prefeitura de Clevelândia também o fornecimento do equipamento hidrelétrico; construiu e concluiu em Ponta Porã, no Mato Grosso a turbina hidrelétrica já assentada e em fase de inauguração; no Salto Grande, no rio Ucuí, também foi fornecido pela referida firma o material necessário; foi vencedora de três concorrências no Estado do

Paraná; e está com contrato firmado para a construção de três usinas em Santa Fé, Pato Branco e Arapoti.

Feitos estes esclarecimentos, repelida a noticia, demonstrando a nossa repulsa e a nossa estranheza pelo fato divulgado pelo "Estado do Paraná" queremos dizer, como já afirmámos ao deputado Ruy Gândara que muito nos honrou com seu aparte, que a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu fará concluir, dentro do prazo estipulado pelo contrato, a sua usina, a sua parte estabelecida por lei, no rio Ucuí. E nesta oportunidade, estaremos, perfeitamente, à vontade para responder aquêles que tão maldosamente levantaram tal infâmia contra a nossa pessoa. Ai, então, sr. Presidente, srs. Deputados, os céticos, os descrentes terão as respostas necessárias.

Era só, sr. Presidente.

O SR. ERNESTO MORO — Peço a palavra para uma explicação pessoal, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Deputado.

O SR. ERNESTO MORO — Sr. Presidente, srs. Deputados. Comemorou, ontem, a cidade de São José dos Pinhais, mais um aniversário de sua existência, isto é, o centésimo nono de sua emancipação política.

Diversas festividades foram realizadas naquela cidade, entre elas corridas de automóveis, motocicletas além de outros tipos de esportes.

Tôdas essas festividades, sr. Presidente, foram propiciadas pelo Automóvel Clube de São José dos Pinhais.

Desta maneira, sr. Presidente, requeiro que seja consignado na ata dos trabalhos de hoje um voto de louvor e regozijo por essa tão auspiciosa data e que seja dada ciência à Prefeitura Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal daquela cidade e ao Presidente do Automóvel Clube de São José dos Pinhais, que propiciou tôdas essas festividades, o voto que neste instante requeiro.

O SR. AMAURY SILVA — (Para explicação pessoal). Sr. Presidente, srs. Deputados. Em algumas sessões desta Casa, realizadas no mês de dezembro do ano passado, tivemos oportunidade de debater uma série de assuntos ligados ao problema de terras devolutas e de posseiros que as ocupam.

Aquela série de debates culminou com o problema das glebas 4 e 5 do município de São Jerônimo que estavam ameaçadas de titulação para grupos interessados, da Capital do Estado, em detrimento dos legítimos direitos e interesses de centenas de famílias posseiros que as ocupam e cultivam há mais de 50, 60 e 70 anos.

Recebemos sobre aquêles fatos relativos à São Jerônimo da Serra, telegramas do prefeito municipal daquele município, abaixo assinado dos posseiros interessados, e, mais adiante, inclusive uma comissão chefiada pelo sr. Joel Perusso, prefeito de São Jerônimo da Terra, da qual participaram, aproximadamente, 15 posseiros, representantes de outros 350 que haviam ficado no seu município.

Exatamente um dia após a chegada dessa comissão à nossa capital, o ilustre sr. deputado João Simões a todos tranquilizou neste plenário, quando S. Excia. através da autoridade com que falava porque estava investido das atribuições de liderar a sua bancada para diversos assuntos dêste plenário, S. Excia. confortou a todos nós informando, oficialmente, que, depois de gestões que fizera muito oportunamente junto ao Poder Executivo e, especialmente, junto ao sr. Diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, havia obtido a promessa formal que, absolutamente êsse Departamento jamais titularia um alqueire das glebas 4 e 5 a não ser para os posseiros, para aquêles que as ocupassem, e que muito menos ainda se serviria o Departamento

mento desta situação de fim de governo para beneficiar quem quer que fôsse que pleiteasse a titulação daquelas áreas.

Entretanto, sr. Presidente, srs. Deputados, embora ainda no meu espírito exista e prevaleça como certa a informação que nos trouxe o nobre deputado João Simões, que, como já disse e repito, tranquilizou e confortou a quantos estavam se preocupando com o problema de São Jerônimo da Serra, eu acabo de ter informações precisas que até agora de mim merecem crença de que há, sr. Presidente, junto ao Diretor do Departamento de Terras, uma pressão enorme e muito séria, no sentido de que aquela promessa formal, feita e veiculada pelos jornais — porque todos nós agradecemos ao sr. deputado João Simões, a sua informação — apesar disso, se avoluma junto ao Diretor do Departamento pressão quase insuportável no sentido de que as glebas 4 e 5 sejam tituladas, não para os posseiros, mas para grupos interessados que residem aqui na capital do Estado.

O sr. João Simões — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Amaury Silva, é, efetivamente, com a maior surpresa que eu recebo a comunicação que V. Excia. neste momento vem prestando à este Casa, de vez que, na oportunidade em que V. Excia. de primeira mão trouxe este fato ao nosso conhecimento, efetivamente preocupei-me com o fato e prometi saber detalhes a respeito com o sr. Diretor do Departamento de Geografia e Terras e Colonização, e digo mais a V. Excia., fui diretamente conversar sobre o assunto com o sr. Governador do Estado que teve oportunidade, naquele momento, de me solicitar que verificasse um despacho recebido por S. Excia. o sr. Governador, de um processo referente àquela região em que S. Excia. o sr. Diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, que atendesse efetivamente aos posseiros residentes naquela área.

Posteriormente, procurei o Diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, e S. Excia. me confirmou este despacho mostrado pelo sr. Governador do Estado, e garantiu que aquela área, cuja medição estava sendo providenciada, seria efetivamente titulada aos posseiros da região.

Diante o fato, comuniquei ao líder da minha bancada o nobre deputado Mário Faraco e pedi que transmitisse à Assembléia e, principalmente, a V. Excia. essas informações do nosso Governo. O sr. deputado Mário Faraco na ocasião, me incumbiu de em nome da nossa bancada, e em nome do partido e do Governador do Estado, transmitisse as informações que naquela ocasião tivesse o prazer de trazer à Assembléia, garantindo o título daquela área de terras aos posseiros, àqueles que tem efetivamente os direitos assegurados em razão da sua localização na região.

Diante disso, nobre deputado Amaury Silva, é evidente que para mim, a notícia que recebo de V. Excia. causa-me a maior surpresa e devo dizer que em absoluto não posso acreditar que tal fato aconteça. Que aquelas terras não sejam efetivamente entregues aos seus legítimos donos, aqueles que lá trabalham e vivem há muitos anos e digo ainda mais, que se tal fato vier a ocorrer, o que não acredito que aconteça, eu seria o primeiro a me colocar do lado de V. Excia. e ao lado dos posseiros no sentido da defesa dos seus sagrados direitos.

Era a informação e o aparte que desejava dar a V. Excia.

O SR. AMAURY SILVA — Agradeço muito a colaboração que me traz neste instante o nobre deputado João Simões, que teve, sem dúvida alguma, no episódio, papel de realce e de importância, porque em razão das diligências que efetuou pôde trazer ao conhecimento da Assembléia Legislativa uma notícia que dava como certa e por definitiva a orientação do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, no sentido de fazer com que prevalecessem os direitos dos posseiros das glebas 4 e 5 do Município de São Jerônimo.

Como S. Excia., no seu aparte, quero eu, também, sr. Presidente, que as informações que obtive não cheguem a se transformar em realidade, apesar de que reitero e reafirmo que são elas dignas de todo crédito porque foram

trazidas por quem conhece o problema e à êle se dedica, e por isso deve estar sempre com notícias atuais sobre o assunto e que determinaram no seu espirito êsse temor e êsse receio de que, afinal, o Departamento de Geografia, Terras e Colonização não virá concretizar o que foi prometido.

Ainda quero, nobre deputado João Simões, que até o fim da tramitação dêsse processo, as informações que V. Excia. colheu e trouxe, sejam realmente aquelas que correspondem à verdade final.

Mas, evidentemente que ao trazer ao conhecimento da Casa e dada a ventura de encontrá-lo ainda em plenário, as notícias que trouxe sejam de esclarecimento ao episódio de São Jerônimo.

Acho que seria até muito oportuno que V. Excia. procurasse novos contatos junto ao D.G.T.C. para que então, numa reiteração com o Sr. Diretor, viesse S. Excia. propiciar a que pudesse V. Excia., novamente, reafirmar as palavras de que isto seria desnecessário, mas ao menos desanuviasse, ainda uma vez, aos representantes do povo que possam, em razão das notícias, ficar perturbados e temerosos de novos conflitos em São Jerônimo da Serra.

Sr. Presidente, com estas informações, inclusive com notícias que dizem respeito à vida administrativa da fronteira, responsável pela medição e pelo processo administrativo da titulação destas áreas de São Jerônimo, eu acredito que tôdas as providências que sejam tomadas, por deputados da situação e da oposição, no sentido de impedir uma violentação dos direitos dos posseiros das glebas 4 e 5, merecerão da opinião pública do Estado louvor e aplauso, porque estaria a Casa defendendo os superiores interesses do povo.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- Votação em redação final dos Projetos de Lei n.ºs. 576-59 e 254-60;
 - Votação em 4.ª discussão dos Projetos de Lei n.ºs. 266-60, 528-60;
 - Votação em 3.ª discussão dos Projetos de Lei n.ºs. 226-59, 482-60, 688-59, 382-59, 233-60, 310-60, 219-60, 139-60, 740-60, 838-59, 170-60;
 - Votação em 2.ª discussão dos Projetos de Lei n.º 788-60, 10-60, 263-60, .. 880-60, 704-59, 660-60;
 - Votação em 1.ª discussão dos Projetos de Lei n.ºs. 881-58, 724-60, 454-60, 722-60, 604-60, 197-60, 919-60, 135-60;
 - Redação final do Projeto de Lei n.º 408-60;
 - 3.ª discussão dos Projetos de Lei n.ºs. 854-60, 832-60, 716-59;
 - 2.ª discussão dos Projetos de Lei n.ºs. 792-60, 910-60;
 - 1.ª discussão dos Projetos de Lei n.ºs. 435-60, 857-60, 866-60, 858-60, 530-58, 845-59, 192-60 e 743-60.
- Levanta-se a sessão.